

As minhas primeiras letras...

A rubrica “As minhas Primeiras Letras” é hoje enriquecida com o depoimento de Paulina de Vasconcelos, professora primária que cooperou na formação de inúmeros jovens setubalenses. Exerceu, de 1957 a 1992, em Setúbal (3 anos), Palma (1) e novamente em Setúbal, designadamente na Academia Luísa Todi e na escola do Bairro da Conceição.

As minhas primeiras letras foram ensinadas pela minha mãe através da cartilha de João de Deus.

Fiz a minha 1ª classe numa escola particular, numa casa térrea no Ferro de Engomar, onde nos sentávamos num banquinho ou cadeirinha. Utilizei a “pena” e a “ardósia”, que obrigatoriamente era limpa com água e vinagre e o caixilho era esfregado com sabão amarelo. Também recorro os cadernos de duas linhas e a letra redonda e bem legível, feita com tinta e aparo. Ai, o martírio dos borrões de tinta!... Lembro o livro da 1ª classe - “Livro Único” - onde se aprendia a ler, fazer contas e a rezar as primeiras orações. Gostava muito de folheá-lo para observar as suas gravuras.

Aos oito anos frequentei a 2ª classe da Escola do Poço do Concelho, tendo como professora a Dona Maria Pinto (já falecida) e a Maria de Lourdes Tenório, de quem ainda hoje sou grande amiga.

Embora sendo austera e exigente, recordo com saudade a minha professora da 3ª e 4ª classe, Dona Mariana Ferreira, que me preparou para o Exame de Admissão ao Liceu.

Em pequenina sonhava ser professora, sonho esse que, graças a Deus, consegui concretizar.

Notícias do CEB

Acaba de ser lançado o volume terceiro da *Obra Completa de Bocage*. Dele constam os “Apólogos ou Fábulas Morais”, “Epigramas”, “Poesia sobre Mote”, “Poesia Anacreontica”, “Endechas”, “Elegias” e “Epicédios”. O prefácio e as notas são de Daniel Pires e a edição, patrocinada pelo Instituto Português do Livro, da Caixotim.

No dia 14 de Setembro, no Clube Setubalense, teve lugar mais uma “Tertúlia de Bocage”, organizada pela Câmara Municipal de Setúbal, pelo Clube Setubalense e por Setúbal na Rede. Entre outras iniciativas, ocorreu o pré-lançamento de um CD de poesia de Bocage, dita por José Nobre, musicada por Rui Serôdio, seleccionada por Daniel Pires. O referido CD é acompanhado por um libretto que inclui imagens do acervo de Fernando Marcos e seleccionadas por Ricardo Fraga Pires. A capa é da autoria de Vasco San Payo. O lançamento desta iniciativa do Centro de Estudos Bocageanos far-se-á no dia 20 de Outubro, pelas 17 horas, no Clube Setubalense.

A Ordem de Santiago e Setúbal (1ª parte)

A Ordem em Portugal

Dentro do contexto espiritual, doutrinal e disciplinar apontado e, com a especificidade que, a partir da proclamação da cruzada em Clermont, por Urbano II, em finais do século XI, se constituem os primeiros exemplos modelares de organismos internacionais votados à assistência e protecção militar dos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa, surge em Uclés no ano de 1170 a Ordem de Santiago da Espada fundada por Fernando II de Leão.

Nesta instituição, como em muitas outras suas contemporâneas, a importância dos vectores acima descritos de âmbito espiritual e doutrinal, é muito intensa, pelo que devemos, ainda que, brevemente, aludir aos seus primórdios em Portugal, até porque algumas das orientações dadas por Alexandre III na bula da fundação da Ordem Espatária, ainda se mantêm bem vivas no futuro.

Podemos, assim, dizer que o estabelecimento da ordem religiosa e militar de Santiago em território português está extremamente agregada à figura de D. Afonso Henriques que logo no ano de 1172 lhe faz doação da vila de Arruda. Como recompensa da sua colaboração na Reconquista, além deste lugar vão sendo acrescentados outros “desde o estuário do Tejo a Oeste de Beja, pertencendo-lhe Palmela, Alcácer, Setúbal, Cabrela, Santiago do Cacém, e Aljustrel. Receberam depois Odemira, Ourique, Almodôvar, Castro Verde e, já no tempo do Mestre Paio Peres Correia muitas terras do Algarve, onde exerceram notável papel de defesa e integração dos castelos medievais no património nacional”.

No reinado do rei D. Sancho II, recebe a Ordem de Santiago muitas das terras que ajudou a conquistar: Aljustrel em 1235, Sesimbra em 1236, Mértola e Ayamonte em 1240 e Tavira em 1244. Em 1245, o Papa Inocêncio IV confirma por várias bulas as doações feitas à Ordem de Santiago, na qual menciona algumas destas vilas e castelos.

Estas doações feitas pelos reis da primeira dinastia tinham em vista incentivar os freires a darem nas suas casas hospitalidade aos caminantes e peregrinos e praticassem obras de misericórdia. Porém, foi a missão caracterizada pela dupla dinâmica de contenção e defesa das fronteiras e por outro



Folha de rosto da 1.ª edição da “Regra da Ordem de Santiago”, impressa em Setúbal, na oficina de Hermão de Campos, 1509. Representa “Santiago Mata-mouros”.

lado, de conquista dos territórios anteriormente ocupados pelos muçulmanos, a principal empresa desta ordem militar. Como consequência desta dádiva, aos freires militares sempre foi confiada a defesa dos castelos mais expostos aos perigos da invasão muçulmana, dado que as suas posições geo-estratégicas viabilizavam a possibilidade de uma situação de conquista - reconquista, como várias vezes veio a suceder.

Ao terminar o esforço da reconquista e com a fixação da ordem em terras lusas encontramos o desejo de uma certa autonomização da Ordem, em relação à administração castelhana. Estando até então sujeitos a um Mestre estrangeiro, “a distância geográfica a que a comenda - mor de Portugal se encontrava e a perturbação dos tempos terão contribuído para o reforço dessa autonomia”.

Em meados do século XIII, os mestres castelhanos mostrariam

pouco interesse por Portugal, o que permitiu aos comendadores - mor residentes no território a confirmação pessoal de forais e de herdades. Com a ascensão de Paio Peres Correia ao cargo de Mestre da Ordem, este começou a exercer uma administração directa sobre a Ordem em Portugal, traçando desta forma as linhas de uma autonomização dos santiagoistas portugueses que culminará com a separação efectiva no ano de 1288. Assim, no reinado de D. Dinis com a bula “*Pastoralis officii*” o papa Nicolau IV iria reconhecer que a Ordem de Santiago em Portugal tinha legitimidade para nomear Mestre próprio, ficando porém sujeita à visitação e à legislação do Mestre Geral de Castela. Esta decisão do pontífice fundamentava-se no facto de que, devido à extensão do território da Ordem na península e pela pouca atenção dada à Ordem em Portugal, os castelos, herdades e bens

de raiz iam caindo em ruína emitiendo sendo parte dos bens dissipados, o que tornava urgente uma maior atenção e cuidado na administração dos vastos bens da Ordem em Portugal. Esta decisão do papa Nicolau IV é reconhecida ainda durante o pontificado de Celestino V por duas vezes, mas por pressão diplomática de Castela e do mestre geral da Ordem, esta dupla concessão vai ser anulada pelo mesmo Papa Celestino V na bula denominada “*Pastoralis officii*” e revogada por

Bonifácio VIII na bula “*Ab antiquis retro*”, continuando a Ordem em Portugal nesta situação de sujeição a Castela até ao ano de 1314.

Nesse mesmo ano, o processo anterior reabre-se, e é eleito como mestre Lourenço Eanes que não é reconhecido pelo poder papal. Pela bula do papa João XXII, “*Inter caetera*”, é confirmada a decisão de proibição aos freires santiagoistas portugueses elegerem mestre próprio, obrigando que obedecessem ao Mestre geral e ameaçando de excomunhão todos os que não acatassem as ordens do soberano pontífice.

Toda uma campanha diplomática se começa a desenrolar, por acção de D. Dinis: em 1318 é enviada a Roma uma embaixada, que apontando as causas anteriormente referidas ao papa Nicolau IV - o abandono por parte de Castela do património da Ordem em Portugal e a conseqüente ruína dos castelos que lhes tinham sido entregues para defesa das fronteiras das ameaças dos infiéis, que poderiam novamente invadir o território e os desvio de bens para Castela do património do reino de Portugal.

Apesar da questão não ter sido resolvida pelo papa, o mestre Pedro Escacho em 1327 faz publicar os primeiros Estabelecimentos portugueses da Ordem, dando ao rei o poder de supervisionar a milícia. Podemos reconhecer com esta tomada de posição, apesar de não ser sancionada pelo poder papal, um assumir da Ordem de Santiago como uma instituição nacional. Desde esta data nunca mais os membros da Ordem de Santiago em Portugal reconheceram obediência aos mestres castelhanos.

Padre Carlos Russo
(investigador)

ARCHIVO

1797 foi fulcral para a biografia e a obra de Bocage. Nesse ano, registou-se a sua detenção, por cerca de dez meses, sucessivamente na cadeia do Limoeiro, na sede da Inquisição, no convento de São Bento e no Hospício das Necessidades. Aquele dramático evento repercutiu-se decisivamente na sua obra e na sua consciência social.

E em Setúbal, o que se passava? Era uma vila pacata que pugnava arduamente pela sua reconstrução, porquanto o tremor de terra de 1755 deixara sequelas físicas e psicológicas indeléveis. A sua economia concentrava-se

principalmente na exportação de sal e de frutas. Eis um inventário dos seus principais negociantes que nela estavam então sediados: António Ferreira Rego, António José de Aguiar, Guilherme e Roberto Williamson, Jerónimo Chardron, Constantino Pedro Folkman, Joaquim Tomaz Fogaça, José Bento de Mesquita Pimentel, Kantzon e Giertz, Pesth e Companhia, Vicente Gomes Parrela, Viúva Torlade. Note-se a existência de empreendedores oriundos de países nórdicos, ingleses e franceses.

Daniel Pires